

CAIL

Um gigante com pés de barro

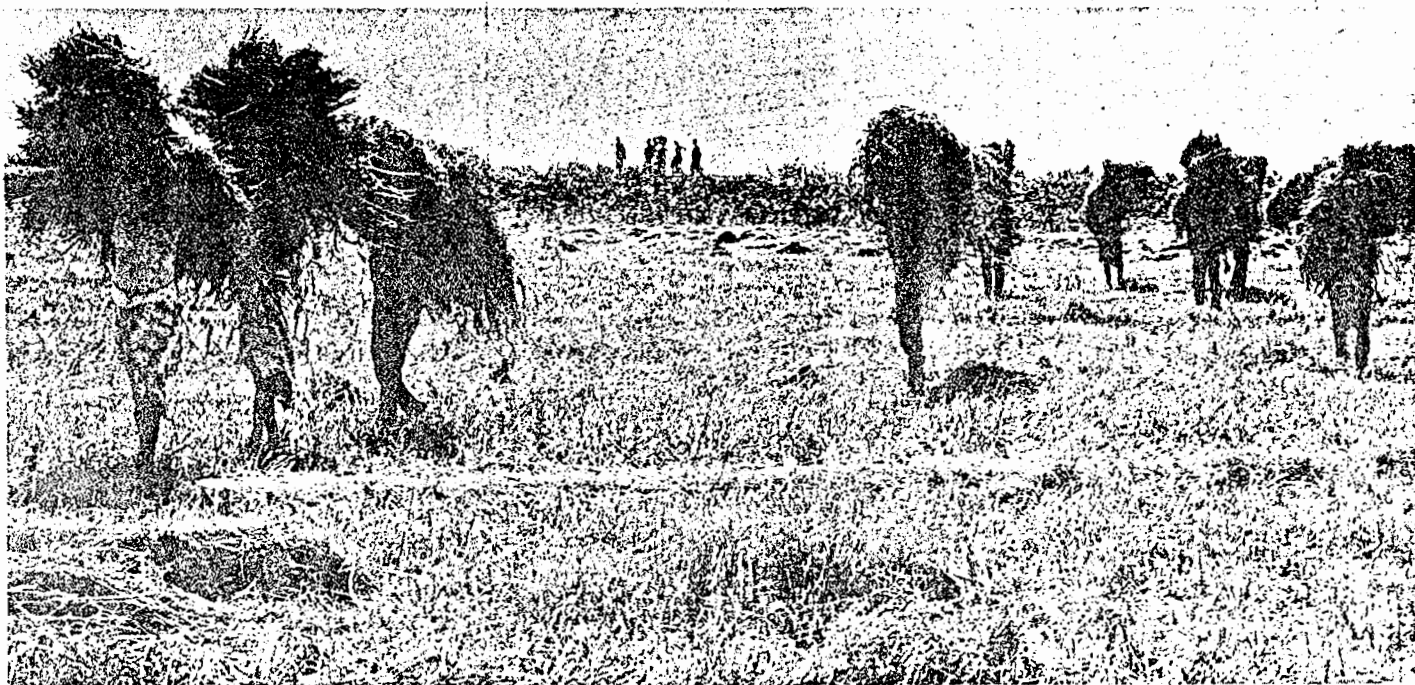
Gorando esforços de milhares de trabalhadores e alterando as perspectivas de desenvolvimento do sector, o Complexo Agro-Industrial do Limpopo chegou ao fim do primeiro semestre da campanha agrícola de 80/81 com as suas metas apenas cumpridas em menos de metade. Registados na maior empresa do ramo no País, estes resultados, chamam a atenção para a análise dos problemas que estiveram na origem do fracasso e a tomada urgente de medidas para que, efectivamente, o CAIL seja «o celeiro da Nação», tal como o definiu o III Congresso da FRELIMO.

Para analisar os problemas de que enferma aquela empresa estratégica para o abastecimento do povo, uma importante reunião orientada pelo Secretário do Co-

mité Central para a Política Económica do Partido, Marcelino dos Santos, teve lugar na sede do CAIL, em Chókwe, entre os dias 20 e 23 do corrente mês.

Nesse encontro, cujos trabalhos algumas vezes se prolongaram até altas horas da noite, estiveram representadas empresas que intervêm na vida do complexo, nomeadamente a Interquímica, a Mekanagro, empresas construtoras, banca, alguns Ministérios e a Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Acelerado da Região do Limpopo e Incomati, entre outros.

Dos debates realizados ao longo dos dois dias e meio, ficou visto que, afinal, o Complexo Agro-Industrial do Limpopo, grande pelo espaço que ocupa e pela sua importância para o desenvolvimento económico da região e do País, não é tão forte como se aparenta



Aspectos de trabalho no CAIL, vendo-se trabalhadores sazonais na ceifa do arroz



A falta de peças sobressalentes para a manutenção da maquinaria, tractores, charruas e camiões, são algumas das causas do mau resultado obtido este ano no CAIL

aos olhos de muita gente, assemelhando-se a um gigante que caminha com pés de barro.

Quando a empresa pouco tempo depois da proclamação da independência, o CAIL nasce da herança das infra-estruturas dos agricultores que compunham o maior colonato criado pela administração colonial-fascista em Moçambique.

Em 1977, quando os colonos abandonaram o País em debandada o Estado fez um grande investimento em materiais e equipamentos, investimento esse que, porém, não viria a render como o desejado, pela ausência de um serviço eficiente de apoio racional a um grande complexo como o CAIL. Os problemas que praticamente se registaram desde que a empresa existe, arrastaram-se até aos nossos dias, resultando na situação a que se chegou na campanha de 80/81.

AS CAUSAS DO MALOGRO

Intervenções de alguns participantes à reunião do Chókwe tendiam a desmonstrar que as cau-

sas do malogro estariam na desorganização da empresa, tocando pouco no fundo das questões. Com o aprofundamento da análise, viria a ver-se que, embora os aspectos organizacionais possam ter tido algum efeito nos resultados, as causas de fundo não eram essas.

Embora ainda não se saiba exactamente de quem é a responsabilidade, já se sabe que foi o não cumprimento do calendário agro-técnico que constituiu a causa principal, esta por sua vez devido à falta de rodas-guias para as charruas, que não chegaram a tempo a Moçambique, embora tenham sido solicitadas à empresa competente a tempos e horas.

Outro factor que contribuiu para os maus resultados da campanha foi a chegada tardia de produtos químicos, nomeadamente adubos, pesticidas e herbicidas, para além de não terem sido fornecidas as quantidades recomendadas.

A este propósito, Jorge Tembe, director daquela empresa, disse no seu relatório que «o plano de aprovisionamento de factores de

produção, nomeadamente adubos, pesticidas, sementes, lubrificantes, peças sobressalentes e outros não foi cumprido, quer em termos de prazos quer ainda em termos de quantidades previstas com as respectivas consequências reflectidas no desenvolvimento das culturas e rendimentos».

Ilustrando esta situação, o director do CAIL informou que, por exemplo, das 5 235,5 toneladas de adubos que deveriam ser entregues antes do mês de Agosto bem como a ureia em quantidade de 4 750 toneladas, que deveriam ter sido entregues até Outubro, só foram recebidas em Janeiro e Fevereiro, respectivamente, já com cerca de meio ano de atraso. Tal situação registou-se também em relação às peças sobressalentes.

Relativamente ao atraso da chegada dos adubos, o membro do Comité Político Permanente e Secretário do CC para a Política Económica do Partido, Marcelino dos Santos, informou que fora nomeada uma comissão para inquirir junto da INTERQUÍMICA, CAIL e Comércio Externo sobre quem recaia as responsabilidades pelo sucedido.

Referindo-se ao esforço dos trabalhadores do complexo, Marcelino dos Santos disse que para além daquele resultado, uma coisa positiva se registou naquela empresa: o crescimento da consciência do homem.

«Aqui, para além do arroz produz-se também o homem. Houve um crescimento do homem aqui. Esta já é uma vitória. O homem moçambicano cresceu no Chókwe».

Oportunamente, contamos publicar um trabalho mais circunstanciado sobre o assunto.

Filipe Mata

Para a campanha agrícola 80/81, o Complexo Agro-Industrial do Limpopo propunha-se produzir 51200 toneladas de arroz numa área de 16000 hectares, com uma produtividade de cerca de 3,5 toneladas por hectare.

No fim do primeiro semestre desta campanha, porém, os resultados foram de 15886 hectares com um rendimento de 25542 toneladas, o que correspondeu a uma produtividade de cerca de 1,5 toneladas/hectare.

Estes resultados levam o País a ter necessidade de gastar cerca de 300 mil contos em divisas para a importação deste cereal para o abastecimento do povo. Tal quantia, a efectivar-se a importação, terá que ser desviada de uma outra rubrica, prejudicando-se assim outros sectores.

Por outro lado, neste momento a produção de um hectare de arroz custa à empresa cerca de 40 mil meticais, dos quais consegue apenas reaver uma pequena parte, cerca de 19 mil meticais.